

O PROGRAMA MINHA CASA, MEU MARANHÃO: DIGNIDADE OU INVISIBILIDADE?

Amanda Marques Gomes¹

DOI: 10.5752/P.2316-1752.2022v29n43p153-187

Resumo: O Programa Minha Casa, Meu Maranhão, mostra-se uma política pública desalinhada ao modo de morar rural e notadamente preocupada em produzir de forma a atender interesses do capital. A partir dessa problemática, o presente estudo busca analisar algumas contradições encontradas no programa, como o seu caráter messiânico, identificado na tentativa de levar uma habitação “digna” para os participantes. Percebe-se uma tentativa de apagamento das técnicas construtivas tradicionais do campo empírico analisado, chamadas aqui de vernáculos. Nesse sentido, busca-se discutir essas contradições dialogando com o conceito de

¹ Arquiteta e Urbanista pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA e doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

necessidades de Ivan Illich a partir de pesquisa realizada pela autora no povoado de Pequizeiro, município de Belágua, Maranhão, entre os anos de 2016 e 2020.

Palavras-chave: habitação rural, programa habitacional, necessidades.

Abstract: The program *Minha Casa, Meu Maranhão*, has proven itself a public policy that is not aligned with the rural way of living and that is notably focused on producing in a way to meet the interest of the capital. This study aims to analyze some of the contradictions within this program, such as its messianic character, identified in its attempt to bring “dignified” housing to its participants. We noticed an attempt to erase the traditional construction techniques of the empiric field we analyzed, denominated here as vernacular. Therefore, we aim to discuss these contradictions by dialoguing with Ivan Illich’s concept of needs being based on field research by the author in the village of Pequizeiro, in the city of Belágua, Maranhão, from 2016 to 2020.

Keywords: rural housing, housing program, needs.

Resumen: El programa *Minha Casa, Meu Maranhão*, es una política pública que no está alineada con el modo de vida rural y se preocupa sobre todo por producir de forma que satisfaga los intereses del capital. A partir de esta problemática, el presente estudio busca analizar algunas contradicciones encontradas en el

programa, como su carácter mesiánico, identificado en el intento de llevar una vivienda "digna" a los participantes. Se intenta borrar las técnicas de construcción tradicionales del ámbito empírico analizado, aquí llamado vernáculo. En este sentido, buscamos discutir estas contradicciones, dialogando con el concepto de necesidades, de Ivan Illich, a partir de una investigación realizada por el autor en el asentamiento de Pequizeiro, municipio de Belágua, Maranhão, entre los años 2016 y 2020.

Palabras claves: vivienda rural, programa de vivienda, necesidades.

INTRODUÇÃO

Maranhão é o estado brasileiro com maior número de pessoas vivendo no meio rural, o que totaliza aproximadamente 37% da sua população segundo o último levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). Há entalhadas, nos representantes desse percentual, condições de produção e moradia que são ainda reflexos do processo de ocupação do estado assim como a condução da sua economia durante muitas décadas. De acordo com Mesquita (2011), as medidas tomadas pelo governo visando o crescimento econômico do estado eram direcionadas para o crescimento também do capital econômico das elites locais. Segundo o autor, as atividades econômicas se viravam de frente para os envolvidos na exploração extrativista e comercialização de insumos com o mercado exterior, e de costas para a população rural despossuída.

No estado, a distribuição de terras também se deu de forma desigual. Segundo Andrade (1984), ela foi baseada em grandes propriedades, buscando atender, mais uma vez, os interesses da elite local. Em um estudo sobre a produção de arroz e feijão em municípios de menor IDH da região do Matopiba, funcionários da Embrapa atestaram que a maioria dos produtores da região analisada (os dez municípios de menor IDH do Maranhão) é “descapitalizada e falta capacitação técnica necessária para absorção do conhecimento, tão necessário para a adoção

de tecnologias.” (SILVA et al., 2016, p. 191). Os autores afirmam que, nesse contexto, praticamente não são usadas tecnologias para o aumento da produtividade, o que limita a produção familiar, sendo produzido apenas o suficiente para o consumo da casa.

Diante desse cenário de investimentos dirigidos a uma minoria abastada, o Maranhão vem colecionando os piores indicadores sociais de educação, saúde e moradia da federação (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016; 2017). Comparando o panorama maranhense ao restante do país, o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD; IPEA; FJP, 2013) mostra que o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do Maranhão era de 0,639, ocupando a 25ª posição no *ranking* nacional, maior apenas que o IDHM de Alagoas. Já Minas Gerais, a título de comparação, ocupava a 9ª posição nesse ranking, com IDHM de 0,731.

Em relação a essa população que sente na pele cotidianamente os baixos índices sociais presentes no estado, sua maioria é formada por povos originários, comunidades quilombolas, colonos e ribeirinhos (MARANHÃO, 2012). Burnett (2019), ao analisar as condições socioeconômicas dos camponeses maranhenses que habitam casa de taipa de mão, constata que a

[...]maioria vive sob insegurança fundiária, com baixa capacidade de produção e comercialização, resultado

da falta de financiamento, assistência técnica e acesso a mercados, aspectos que, somados, explicam a pobreza e a opção por um sistema construtivo que utiliza materiais retirados da natureza, sem custos para os moradores. (BURNETT, 2019, p. 340)

No entanto, foi possível acompanhar nos últimos anos a ascensão de políticas públicas de enfrentamento aos baixos indicadores sociais no Maranhão. Assim, mesmo apresentando consideráveis problemáticas, diversos programas sociais foram criados visando, teoricamente e a partir de parâmetros questionáveis, a melhora das condições de vida da população há muito desprezada, chamados aqui de despossuídos.

Tratando-se da questão habitacional, houve destaque para o programa Minha Casa, Meu Maranhão, que, em linhas gerais, propôs-se a substituir, nos municípios de menor IDH do estado, casas precárias (na zona rural, representadas predominantemente por construções de taipa de mão e tijolos de adobe) por casas de alvenaria cerâmica de caráter urbano. Por meio da participação em pesquisas anteriores², realizadas no povoado de Pequizeiro, município de Belágua, foi

² Pesquisa realizada entre os anos de 2016 e 2018, com objetivo de analisar e acompanhar o desenvolvimento do programa MCMM em dois dos trinta municípios de menor IDH do estado, Belágua e Cajari, à luz da observação e compreensão da produção, sociabilidade e o espaço no meio rural, buscando entender as atividades produtivas, a organização social e as formas de convívio e moradia nesses municípios. Como fonte da presente análise há também a

possível acompanhar o processo de execução do programa, bem como a adaptação do morador à nova casa. A partir dessas análises, foi identificada uma atuação estatal problemática no que diz respeito à prescrição de uma habitação pouco compatível com o modo de morar rural reconhecido no povoado.

Dentre as problemáticas identificadas no programa, seu produto e modo de execução, é pontuado nesta análise o caráter messiânico da referida política pública, que oferece moradia “digna” aos camponeses maranhenses, automaticamente classificando como indignas as habitações anteriores ao programa, em um exercício violento de evidente apagamento da cultura campesina e seu singular modo de morar. Burnett (2019) explica que, ao oferecer a moradia “digna”, o programa MCMM confirma suas limitações, afinal “são as condições de vida que determinam os modos de morar, obrigatoriamente compatíveis com a capacidade de sobrevivência do grupo social” (Idem, *ibid.*, p. 345). Condições essas desprezadas pelo programa, que, de forma insensível, oferece uma moradia desconectada da realidade de Pequizeiro.

dissertação de mestrado da autora, que, entre os anos de 2018 e 2020, analisou o processo de apropriação e adaptação do camponês à nova casa, concedida pelo programa MCMM, novamente no povoado de Pequizeiro, no município de Belágua, Maranhão.

Para a realização do presente estudo, foram utilizados como base as pesquisas supracitadas, realizadas no povoado de Pequizeiro entre os anos de 2016 e 2020. A coleta de dados referente ao modo de viver das famílias participantes da amostra (inicialmente formada por quatorze famílias participantes do programa, selecionadas de forma aleatória, e posteriormente composta por sete famílias, originárias da primeira amostra) se deu principalmente por meio de levantamento fotográfico, arquitetônico, observação direta e entrevista feita com auxílio de roteiro.

Na segunda seção deste estudo, a partir da discussão sobre os tipos de atuação do corpo técnico, especificamente da arquiteta, identificando a tipologia encontrada nos trabalhos dos técnicos atuantes no programa MCMM, é possível assinalar ferramentas usadas para promoção da dominação velada, vestida de “dignidade”. Essa seção, assim como as demais, contém trechos de falas dos próprios moradores e moradoras, recurso utilizado a fim de ilustrar e atestar as conclusões aqui trazidas.

A seção seguinte dedica-se à inserção do conceito de necessidades na discussão proposta, buscando entender sua relevância no processo de apagamento do modo de viver que difere dos padrões vigentes e que principalmente não é abarcado pelo mercado de bens e serviços. A terceira seção inclui também a discussão acerca do

mais visível exemplo de tentativa de apagamento a aculturação executado pelo programa MCMM, a demolição obrigatória da casa anterior ao programa.

As considerações finais constataam que o programa age de diferentes formas e em diferentes frentes, identificadas principalmente na exigência da demolição da casa anterior ao programa de forma a impor uma cultura distinta a dos moradores em um processo violento de aculturação. Na tentativa de atender interesses de outros sujeitos envolvidos no processo, representantes de uma classe dominante, o programa preocupa-se em entregar quantidade e não qualidade aos chamados “beneficiários”, e assim o fazem de maneira pouco sensível, deixando alguns moradores temporariamente sem casa, desprezando seus desejos e particularidades.

A ATUAÇÃO MESSIÂNICA: PROMOTORA DE DIGNIDADE?

Para facilitar o entendimento do trabalho dito messiânico dos representantes do desenvolvimento, Illich (1992) traz para a discussão o conceito de pobreza. O autor afirma que, há algumas poucas décadas, “pobreza” era entendida e aceita como uma característica universal de qualquer cultura existente. Segundo o autor:

[...]pobreza era um conceito geral para uma interpretação cultural específica da condição de

sobreviver dentro de limites muito estreitos, definidos diferentemente para cada lugar e época.” (ILLICH, 1992, p. 6)

Assim, as diferentes culturas habitantes do globo adotaram diferentes modos de lidar com essa condição. De acordo com sua interpretação, o autor mostra então que pobreza não significava exatamente falta, mas, assim como a necessidade, significava “a habilidade de enfrentar, por toda a vida, aquilo que ao fim e ao cabo é inevitável”. Essa condição, como afirma Illich (1992), começa a mudar quando o progresso, como é entendido pelo senso comum, começa a incentivar e estimular uma repulsa a tal condição e sua aceitação.

Dentre os vários exemplos presentes na história moderna que representam essa mudança de comportamento, o autor cita a época do engenho a vapor, na qual os engenheiros foram vistos como libertadores, messias que, com seus conhecimentos técnicos, elevariam o patamar da humanidade, sanando as necessidades “básicas”, como são entendidas. Entretanto o argumento supracitado é tido como ilusório e manipulador, uma ferramenta para inserir mais e mais mercadorias no comércio das necessidades. Pobreza então se torna subconsumo.

Illich (1992) explica que a introjeção de tal discurso de desenvolvimento está intrinsecamente ligada com a “operacionalização” da pobreza. O autor afirma que

foi preciso criar a linha da pobreza para que assim se pudesse lutar contra a pobreza, ou melhor, com o que está abaixo da referida linha. É esse um exercício que muito se assemelha à prática mencionada por Santos (2018) de nominar e classificar para que assim se exerça a dominação, como faz o colonialismo.

Em uma análise da atuação do arquiteto em um contexto de autoprodução de pequena escala, Kapp *et al.* (2012) esquadrinham três diferentes tipos de atuações: missionárias, artísticas e tecnocráticas. A última, caracterizada pela predefinição de objetivos, normas e procedimentos, é facilmente identificada na execução do programa MCMM em Pequizeiro. Segundo os autores, nesse tipo de atuação, os arquitetos assumem o papel de “agentes da formalidade”, ou seja, representam em algum nível o Estado e sua burocracia prescritiva. Nesse tipo de atuação, pouco importa o que verdadeiramente pensa o arquiteto sobre seu trabalho, se o faz com convicção, resignação ou criticidade; nada alterará o resultado prescrito pelas instituições desde a fase projetual. São, nesses casos, agentes da heteronomia. Assim como também é visto na execução do programa MCMM, essa atuação é marcada pelo descarte da vontade e/ou desejos do morador e da moradora, assim como dos funcionários envolvidos.

Segundo Kapp *et al.* (2012, p. 4 de 10), a atuação tecnocrática é caracterizada então pelo embate entre a “racionalidade técnica (burocrática) e o conhecimento vivido

de moradores que tradicionalmente produzem os seus próprios espaços, domésticos e urbanos”. Notadamente, nesse embate sempre sai vencedora a racionalidade técnica, considerada superior aos conhecimentos populares do cotidiano. Como resultado, há uma infinidade de programas habitacionais estranhos aos moradores e às moradoras, que desconsideram seus conhecimentos populares e seu cotidiano.

É percebido então um esforço para legitimar a atuação tecnocrática supracitada e também atuações missionárias – assim como a própria nomenclatura indica, comparada aos missionários que levam sua cultura religiosa a outros lugares, a atuação missionária do arquiteto também assim o faz, levando e sutilmente impondo sua cultura construtiva a outros lugares e povos, sempre de forma independente ou vinculada a alguma ONG, instituição de ajuda humanitária, etc. – como indica Kapp *et al.* (2012). Mesmo que haja distinções entre si, a atuação missionária é problemática tal qual a tecnocrática, pois ambas buscam “melhorar” a vida de outras pessoas a partir de seus próprios parâmetros, seu próprio *habitus*. E, tratando-se principalmente de um contexto menos abastado, há um profundo abismo entre o *habitus* dos moradores e o *habitus* do técnico, representado pelo arquiteto.

Dessa maneira, olhando de forma rápida e superficial, o programa MCMC parece oferecer uma benesse que levará, até aquela população excluída, padrões habitacionais desejados e que lhe trarão “dignidade”. Essa concepção é encontrada em diversos documentos, propagandas e discursos dos representantes técnicos do programa. Por exemplo, em atestado disponibilizado pela Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano (SECID), é descrito como objetivo principal do programa “prover o acesso a moradias dignas para a população rural, visando à melhoria da sua qualidade de vida”, e suas metas são

[...] construir habitações dignas para a população rural; desenvolver ações socioeducativas que possibilitem, aos beneficiários, uma intervenção crítica e qualificada frente às questões do cotidiano, despertando-os para o exercício da cidadania; promover curso de capacitação de Geração de Trabalho e Renda, respeitando interesses e potencialidades produtivas e de mercado” (Maranhão, 2015, p. 4,5)

Os propósitos do programa apresentados sutilmente desclassificam a habitação popular tradicional e vernácula, assim como o *habitus* da população participante, em uma tentativa de sobreposição de uma cultura a outra, substituindo elementos de uma (como habitação e hábitos) por comportamentos e componentes de outra. Segundo Kapp et al. (2012), há uma crença de que

[...] as desigualdades sociais serão reduzidas pelo acultramento e pelo esforço dos pobres, como se

numa sociedade capitalista houvesse possibilidades iguais para todos e como se a cultura dominante fosse o padrão universal almejado e não um instrumento de distinção de classe (KAPP et al. 2012)

O trecho acima revela que a sobreposição de culturas mencionada não leva à diminuição das desigualdades, ou ao alcance de suposta dignidade, como o programa faz parecer. A afirmação indica que a imposição de um padrão oriundo da classe dominante é, na verdade, mais um instrumento para a manutenção da dominação, além de ter o papel de distinção de classe.

Retornando aos relatos colhidos durante o acompanhamento do programa MCMC em Pequizeiro, foi possível perceber, em diversos momentos e de diferentes formas, a atuação tecnocrática. Ao analisar os documentos disponibilizados pela SECID, observou-se a ação tecnocrática do corpo técnico, prescrevendo um único modelo de habitação para todas as distintas famílias participantes do programa.

Nos documentos analisados, apesar de figurar, em diversas etapas, a palavra participação, esta era incluída de forma superficial e passiva. Era prescrita uma habitação de caráter urbano, e não havia possibilidade de alteração de acordo com o desejo e/ou necessidade do futuro morador. Sua participação se resumia a estar presente nas reuniões propostas pela secretaria. Nesses eventos, os moradores e as moradoras eram apenas informados das etapas e de seu produto. Tais reuniões

informativas eram, além de tudo, pouco eficientes, pois a linguagem utilizada para exibir a nova casa, por exemplo, era bastante técnica, fazendo uso de planta baixa, entendida por pouquíssimos participantes. Fica claro que o conhecimento válido era o técnico em detrimento do popular/cotidiano e que qualquer opinião ou consideração dos futuros moradores era menosprezada.

Buscando ilustrar as constatações citadas, são expostos relatos de situações de algumas entrevistas realizadas durante o trabalho de campo. O relato abaixo, por exemplo, contém considerações de dois participantes do programa relacionadas à dificuldade de entendimento das informações passadas pela equipe técnica, a sua conduta distanciada do processo e a insatisfação dos moradores em relação a esse procedimento.

Não conversaram nada não. Já foram fazendo assim, de oitão pra frente. Eu queria o oitão de banda... aí quando vão entregar eu não sei, eles não deram previsão. E aqui, depois que começaram a fazer as casas, nunca mais teve negócio de reunião. Só mesmo os supervisores do pessoal da firma que tava construindo aí, que vinham olha [sic] se o serviço tava andando. O pessoal da firma também não tá mais aí, foram pra outro povoado da Belágua pra construir as casas. (M.A.V, 01 de junho de 2017)

O pessoal da secretaria veio, veio umas poucas vezes, mas vinham filmar, vinham vigiar mesmo durante o dia.

Não me perguntaram nada não. Nem o pessoal que veio no começo falar das casas veio mais. (L.R, 8 de agosto de 2016)

Quando perguntado aos beneficiários sobre o acesso que tiveram ao projeto arquitetônico da casa, se tinham conhecimento de suas dimensões e cômodos, a resposta, na maioria dos casos, era negativa. Disseram não ter tido acesso ou não ter compreendido, evidenciando a utilização de representação gráfica incompatível com o nível de conhecimento dos beneficiários, como ilustram os relatos abaixo:

Não vi o desenho não, mas sei que tem dois quartos, mais ou menos como já é a minha. Acho que vai ter cozinha e banheiro também. (L.R, 11 de abril de 2016)

Já, vi lá no dia da apresentação. Mas assim, a gente viu o desenho, então nem sabe direito que tamanho que é. Só sei que tem dois quartos, com cozinha e banheiro. (M.J.S, 11 de abril de 2016)

Uma fala de destaque ao se tratar da preferência ao conhecimento técnico burocrático sobre o conhecimento popular cotidiano é a de J.R:

[...]Só tem uma coisa que não gostei, foi da calçada que o caboco ainda se zangou comigo, que eles botaram uma terra molhada aí e bateram, agora a terra afofou, tá acabando tudo. Eu fui dizer: "Rapaz, joga uma pedra, que eu vou mesmo buscar, eu peço um carro." "Não,

nós tem que fazer é desse jeito assim.” O cara se zangou comigo. As pessoas via, diziam: “Ó quem é o fiscal da casa é o dono da casa”. Aí eu fui reclamar. Ele tava fazendo ali e eu fui reclamar. “Rapaz, esse negócio de terra aí, negócio de terra, tu bota aí, quando ela enxugar, ela desce. Aí a calçada quebra e vão dizer que são os meus meninos que estão quebrando”. (J.R, 13 de novembro de 2019)

O trecho acima ilustra de forma clara a desconsideração da opinião do morador participante. Deveria ser essa a pessoa mais importante no processo, entretanto se torna uma figura passiva sem o direito de opinar minimamente em sua futura casa, tendo seus desejos e considerações grosseiramente silenciados por agentes técnicos, desde o pedreiro ao engenheiro civil responsável.

A NECESSIDADE E OS INSTRUMENTO DO APAGAMENTO

Em um estudo sobre “necessidades”, Ivan Illich (1992) discorre sobre a criação e consolidação desse termo nos estudos sobre a humanidade. Ele classifica o ser humano em duas espécies ao longo de sua história, o *homo sapiens* e o *homo miserabilis*. O primeiro tipo, segundo o autor, viveu “entre a época da pintura de cenas de caça de Lascaux e o ano em que Picasso chocou o mundo com os horrores de Guernica”. Esses viveram os mais diferentes modos de vida, estruturando sua

condição humana de diferentes maneiras, mas todas elas com alguma submissão comunitária à regra da sobrevivência em seus respectivos lugar e tempo.

Já o segundo tipo, o *homo miserabilis*, temporalmente é identificado pelo autor logo após a obra “Guernica”, de 1936, e é caracterizado pela dependência de bens e serviços como “energia elétrica, roupas sintéticas, comida ruim e viagens” – dependência essa chamada de necessidade. Esse conceito então funciona como uma régua que mede quão incluído/excluído o indivíduo se encontra na sociedade contemporânea, levando em consideração padrões que não abrangem todos os diferentes modos de morar e de viver presentes no mundo. É, na verdade, uma imposição do modo de viver dos países que criaram tal termo, denominados desenvolvidos.

Segundo Illich (1992), os locais que geraram esse conceito não estão verdadeiramente preocupados com o bem-estar dos “necessitados”, menos ainda com a autonomia ou emancipação dessa população. Preocupam-se com a provisão dos insumos que abastecerão os necessitados, insumos esses coincidentemente criados e/ou fabricados pelos ditos desenvolvidos que os prescrevem, como explica o autor no trecho abaixo:

E essa medida, determinada pelo pensamento analítico dos sistemas, implica uma percepção radicalmente nova da natureza e da lei, e prescreve uma política mais

ocupada com a provisão de requerimentos definidos profissionalmente (necessidades) para a sobrevivência do que com reivindicações pessoais de liberdade, que estimulariam ações autônomas. (ILLICH, 1992, p. 4,)

Assim, o processo de atendimento das necessidades criadas e impostas acaba se dando de forma violenta, desconsiderando valores, condições, hábitos, relações sociais, entre outras camadas que são achatadas para dar lugar aos parâmetros mínimos e ideais postos em nome do desenvolvimento. Nessa dança pelo progresso, segundo Illich (1992), o ritmo ditado conduz para a retirada das pessoas “de sua cultura tradicional compartilhada”. Para o autor, essa transição muitas vezes tem como produto o afrouxamento de laços culturais e até mesmo o apagamento da mesma, chamado aqui de invisibilidade. Em uma crítica ao desenvolvimento como o conhecemos, o autor aponta que esse movimento

[...]pode ser imaginado como um vento que carrega as pessoas para além de seu espaço familiar e as coloca numa plataforma artificial, numa nova estrutura de vida. Para sobreviver nesse fundamento exposto e elevado, elas são compelidas a alcançar novos níveis mínimos de consumo, por exemplo, na educação formal, nas medidas de saúde pública, no uso de transportes, no aluguel de casas. (ILLICH, 1992, p. 9)

No caso aqui analisado, a execução do programa MCMM no povoado de Pequizeiro, é possível identificar uma tentativa de acultramento (ou apagamento)

em diversos momentos, entretanto esse movimento fica extremamente claro e de fácil percepção em uma das condições impostas aos participantes: a derrubada de sua antiga casa ao receber a casa do programa. O desmonte obrigatório da habitação tradicional vernácula acompanha a tentativa de desmontar também a cultura e modo de viver daquela população, fazendo com que se aproxime cada vez mais dos padrões estabelecidos pela classe dominante.

Entende-se que a condição imposta pelo programa de demolir a antiga casa é uma estratégia para obrigar a ocupação, pelo menos temporária, da casa padrão construída pelo programa. A demolição se faz obrigatória porque há o reconhecimento de que as casas anteriores ao programa são ainda habitáveis - muitas delas possuem até melhor condição de habitabilidade do que as casas do programa - e, tendo as duas disponíveis, entende-se que os moradores continuarão fazendo uso das casas de adobe e taipa, mantendo assim proximidade com as construções tradicionais.

O repúdio pelas construções vernáculas tradicionais tão fortemente presentes no interior do estado se dá pela desclassificação dessas. Sua incompatibilidade com os padrões estabelecidos principalmente pelo mercado da construção civil as coloca também apartadas dos parâmetros de habitabilidade ditos mínimos dos principais índices, como o déficit habitacional. Essas são colocações que

evidenciam o quanto os padrões e parâmetros impostos são inadequados aos diversos modos de morar, inclusive o camponês aqui tratado.

A partir dessa conduta de apagamento por meio da derrubada das casas anteriores ao Programa Minha Casa, Meu Maranhão, reforça-se também uma valorização seletiva da arquitetura de terra, que elege como patrimônio material as construções históricas portuguesas, marcas do período colonial e construídas a partir de técnicas semelhantes às aplicadas na arquitetura vernácula, como a taipa de mão e os tijolos de adobe. Desse modo, apesar de compartilharem a mesma matéria prima principal, a terra, e usarem também de técnicas construtivas semelhantes, foram criados dois segmentos diferentes dentro dessa mesma seara: de um lado, a arquitetura de terra das classes abastadas, relacionada também, e principalmente, ao período colonial; do outro, a arquitetura de terra das populações rurais, relacionada à construção vernácula.

Carter e Cromley (2008, p.7) elucidam a distinção citada acima ao afirmarem que, para muitos historiadores da arquitetura tradicional, há uma separação entre arquitetura acadêmica e vernácula, sendo a acadêmica a considerada válida para o estudo e as vernáculas as que poderiam ser ignoradas. Nota-se, dessa forma, que o apagamento da construção de terra visto em tela é fruto de uma desvalorização por parte da elite política, econômica e também intelectual.

Na contramão desse raciocínio, deve haver um esforço para valorizar a arquitetura de terra dos povos mais vulneráveis, como é o caso dos moradores de Pequizeiro. Consideram-se as técnicas construtivas tradicionais desses povos produtos de um conhecimento ancestral, segundo Castriota e Souza (2015, p.3), “um dos mais importantes testemunhos dos modos de viver de um povo e da visão de mundo de uma cultura, que se manifesta na presença humana no território, integrando contextos socioeconômicos, técnicos e culturais”. Assim, tal “saber fazer” deve ser preservado como patrimônio intangível, resguardando os diferentes modos de morar e de viver.

Relatos de participantes do programa em Pequizeiro ilustram a já citada tentativa de apagamento, assim como a exclusão do participante durante todo o processo de execução das casas. Ao perguntar aos beneficiários suas opiniões sobre a derrubada das casas antigas, eles demonstraram reações diversas. Alguns se mostraram surpresos, outros contrários à ação, outros mais se mostraram conformados, como mostram os relatos abaixo:

Não sou muito a favor de fazer a casa e demolir a outra não. No caso que a minha, que tá perigosa, tem que demolir. Mas pra mim demolir eu vou pra rua, no caso, eu tô quase na chuva. Entendeu? Esse é o problema. No dia que o pessoal do governo vieram aqui, disseram “tem que demolir que vamos construir”, aí eu... “rapaz,

pelo amor de Deus, tem que fazer logo” e aí fiquei aperreado. (J.R.N, 11 de abril de 2016)

Tem que derribar essa aqui? (demonstra surpresa)
Olha, se tiver que derribar é complicado. Meu marido não quer que derribe não. (L.R, 11 de abril de 2016)

Olha, não sabia que tinha que demolir essa aqui não... isso é bom e não é. Porque essa aqui deu tanto trabalho. Ia dar essa aqui pra minha irmã morar. Ela não mora perto de mim não. Se depender de mim, não derrubava não. Já deu tanto trabalho... Carregar água de longe, barro pra derrubar assim... eu ia derrubar chorando. Essa casa já tem um ano... (M.J.S, 11 de abril de 2016)

No dia que a moça disse pra gente que precisava derribar a nossa casa, eu chorei, me abraçaram, eu disse ‘não derriba minha casa, mermã, pelejei tanto, gastei tanto, tô recebendo pouquinho porque eu fiz minha casa pra me abancar dentro dela, e agora querem derribar, não dá certo não. Eu tenho muito filho, os filhos chegam, vão tudo praí (refere-se à casa de adobe). (N.S, 01 de junho de 2017)

A demolição era exigida assim que a habitação oferecida pelo programa estivesse pronta. Assim, nos casos em que o terreno não comportava as duas habitações, era oferecido pela Associação de moradores de Pequizeiro um novo terreno em outra localidade do povoado para construção da casa do programa. Apesar do terreno

ofertado ser ainda no mesmo povoado, muitos participantes não aceitaram a proposta, visto que teriam que abandonar todo o conjunto de anexos que compõem a moradia rural, como sentina, galinheiro, roça, chiqueiro, além de espécies vegetais frutíferas ou não, que ali demoraram anos para se estabelecer, sem contar as relações de vizinhança também fortemente construídas que seriam perdidas.

Assim, as moradoras e os moradores que se encontravam nessa situação tiveram que, precocemente, derrubar suas casas e construir abrigos provisórios para se alojarem enquanto a nova casa não fosse entregue. Esses abrigos eram construções efêmeras, feitos de lona ou palha, com péssimas condições de habitabilidade. As figuras 1 e 2 abaixo exibem a precariedade de dois dos abrigos citados.



Figura 1 Abrigo provisório de J.R.N
Fonte: Souza, 2017.



Figura 2 Abrigo provisório de L.R
Fonte: Souza, 2017.

Ao permitir a reprodução de situações como essa, deixando famílias desamparadas, vivendo em condições precárias de habitabilidade, enfrentando as intempéries do período chuvoso no estado, o programa se exime de qualquer apoio e mostra que verdadeiramente seu compromisso não é com o bem-estar e melhora da qualidade de vida das pessoas participantes, mas sim com os agentes envolvidos em seu planejamento e execução, que pouparam gastos e esforços visando o aumento de seu lucro.

Quando questionados a respeito do material da nova construção, alvenaria de tijolo cerâmico, diferente de suas casas de taipa ou adobe, a maioria dos participantes se mostrou favorável à utilização do material aplicado, uma vez que o associam à segurança e estabilidade, afinal, preocupam-se em garantir abrigo para as próximas gerações da família, como revelam os relatos:

Acho que a casa de tijolo é melhor, porque dura mais tempo, né? Atura mais. (M.A.V, 8 de agosto de 2016)

Acho que a casa de tijolo é melhor, né? Mais firmada. (M.L.A, 8 de agosto de 2016)

Na minha opinião mesmo, a de adobo, ela bem assim, serviço bem feito, eu acho melhor. Na minha opinião, né? Porque aqui (refere-se à casa de adobe) você dá um murro nela, tudo bem, a de tijolo sacode ela todinha, né? Essa aqui tem aquele radier que a gente passa aqui arriba da porta assim, tem muita gente que faz de adobe que faz assim. Faz o alicerce de pedra, e faz esse radier assim. Aí a casa fica muito segura. Então, na minha opinião, eu acho até que é melhor. Eu acho mais seguro. Se uma pessoa for botar pra furar essa daqui não fura assim fácil. Ô a largura que é aqui (se refere à parede). E a de tijolo é bem estreitinha. (J.A.N, 8 de agosto de 2016)

As falas acima mostram também que há certo contentamento por parte dos moradores apesar de todas as restrições que a nova habitação lhes impõe. Pode

haver uma contradição nas falas e ações dos e das moradoras, e, para tentar compreendê-la, recorreremos à Marx & Engels (2007) quando constatarem que os pensamentos da classe dominante são também os pensamentos dominantes. Logo, apesar da distância física de grandes centros, os moradores de Pequizeiro irão também sofrer influência das ideias dominantes, oriundas da classe mais abastada.

Em relatos colhidos após a mudança efetiva para as novas casas, é possível observar nitidamente as contradições presentes nos discursos e ações. Por um lado, os beneficiários se mostraram felizes com a situação atual de maior segurança e estabilidade; por outro, apresentam queixas em relação aos espaços internos e ao conforto térmico, como é possível notar nos relatos:

Essa casa, quem me deu foi o governador. Coisa que a gente ganha de graça, a gente tem que aceitar, né siô. Se eu pudesse mudar, se eu pudesse fazer diferente, eu fazia assim um quarto aqui do lado pro meu filho. Tem dois quartos, um é da minha filha, o outro é meu e da minha mulher. Aí o meu filho dorme num quarto com minha filha. E ele queria um quarto pra ele, pra fazer as maquetes dele. (A.R, 01 de junho de 2017)

Minha sogra, ela diz que não gosta de ficar aqui na casa nova não. Ela gosta mais de ficar ali na casinha de taipa, que ela diz que é mais friinho. Ela só vem pra cá quando é de noite, pra assistir televisão. De dia, quando ela vem

aqui, só ouço: “vixe, tô com calor!” e sai da casa. (O.F, 01 de junho de 2017)

Tendo o modo de morar rural em Pequizeiro uma de suas principais características a autonomia, assim que os participantes começaram a utilizar exclusiva e efetivamente a casa do programa, foram percebidas adaptações, lidas também como formas de resistência à toda a violência sofrida durante a execução do programa e materializada na casa do mesmo. As adaptações são também meios de perpetuação do modo de morar rural, e principalmente, formas de sobrevivência. As imagens 3 e 4, apresentadas abaixo, mostram uma das adaptações mais vistas após a entrega: a construção de um rancho, abrigando cozinha (assim podem usar o tradicional fogão a lenha) e uma área de descanso e socialização.



Figura 3 Fachada da casa de M.J.S
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.



Figura 4 Casa do programa MCMM e rancho construído pelos moradores
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Corroborando com a caracterização do modo de morar camponês exposta logo acima, Burnett (2020), que produziu um extenso e importante levantamento sobre a arquitetura popular maranhense e seus sujeitos, constata que os saberes e as tradições populares são “estratégias para resistir, expressas em modos de vida e cotidianos familiares” (Idem, *ibid.*, p. 8). O autor também ressalta as diversas e diferentes funções que acumula a moradia rural, sendo local de abrigo, de trabalho, lazer, além de “extensão da Natureza da qual seus moradores se fazem parte e são cúmplices”, como deixam claro as adaptações realizadas pelos moradores no sentido de manter tal extensão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notado que o Maranhão carrega até hoje marcas de um processo de crescimento econômico extremamente excludente que priorizou satisfazer os interesses da elite local. O foco no mercado exterior e na exploração extrativista, proporcionou ao Maranhão elevado PIB (Produto Interno Bruto) e baixo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), deixando claro a priorização do crescimento econômico em detrimento do desenvolvimento humano.

A partir de nova gestão, e na tentativa de combater os baixos indicadores sociais do estado, o governo estadual lança diversos programas, dentre eles o programa Minha Casa Meu Maranhão, que, em linhas gerais, objetiva diminuir o alto déficit habitacional maranhense, substituindo casas feitas de materiais alternativos, como taipa de mão e tijolos de adobe, por casas de alvenaria cerâmica.

Analisando a conduta dos técnicos envolvidos na execução do programa, contata-se que houve uma atuação tecnocrática, que prioriza o conhecimento e racionalidade técnica, controlados pelo capital, e que desconsidera o conhecimento popular e cotidiano dos moradores locais. No entanto, acostumados a produzirem seus próprios espaços de forma autônoma, os participantes do programa resistem a essa imposição através das adaptações por eles mesmos construídas, representadas por palhoças anexas à nova casa, normalmente abrigando cozinha com fogão a lenha e área de descanso.

O acompanhamento da execução e do pós-ocupação do programa MCMH no povoado de Pequizeiro permitiu identificar nessa política pública diversas problemáticas que violam a cultura camponesa local e seu particular modo de viver. Foi possível identificar o caráter messiânico do programa, que, por meio de diferentes ações e discursos, como a obrigatoriedade de demolição da casa antiga,

despreza e silencia a opinião do participante, ignorando seu modo de morar e viver, impondo um modelo de habitação descolado da realidade camponesa local.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. C. **Ensaios sobre a realidade maranhense**. São Luís: IPES, 1984.
- BURNETT, F. L. **Arquitetura como resistência: autoprodução da moradia popular no Maranhão**. São Luís: EDUEMA: FAPEMA, 2020.
- BURNETT, C. F. L. Política Habitacional Rural e Moradia Camponesa no Maranhão. **Arquitetura Revista**, São Leopoldo, RS, v. 15, n. 2, p. 331-350, 2019. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/arquitetura/article/view/arg.2019.152.07/60747140>. Acesso em: 20 fev. 2022
- CARTER, T.; CROMLEY, E.C. **Invitation to Vernacular Architecture: A Guide to the Study of Ordinary Buildings and Landscapes**. Knoxville, The University of Tennessee Press, 2008
- CASTRIOTA, L. B.; SOUZA, V. P. de. Um inventário das técnicas construtivas tradicionais brasileiras. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 5, n. 12, p. 1-16, 2015. Disponível em: file:///F:/downloads/9403-31395-1-PB.pdf. Acesso em: 14 ago. 2022.
- GOMES, A. M. **"A cavalo dado não se olha os dentes"**: uma análise do programa minha casa meu maranhão e de como o camponês se apropria da nova moradia em Pequizeiro, Belágua. 2020. 185p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional) - Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2020.
- ILLICH, I. **Needs**. In: Wolfgang Sachs (ed.). *The Development Dictionary: A Guide to Knowledge as Power*. London/Ner Jersey: Zed Books, 1992. p. 88-101

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico de 2010:** características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf. Acesso em: 19 fev. 2022

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios (PNAD).** Síntese de indicadores 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>. Acesso 23 mai. 2020. Acesso em: 17 jul. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais:** uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2022

KAPP, S.; BALTAZAR, A. P.; CAMPOS, R.; MAGALHÃES, P.; MILAGRES, L.; NARDINI, P.; OLYNTHO, B.; POLLIZI, L. Arquitetos nas favelas: três críticas e uma proposta de atuação. In: IV CONGRESSO BRASILEIRO e III CONGRESSO IBERO-AMERICANO HABITAÇÃO SOCIAL: CIÊNCIA E TECNOLOGIA "INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE". Florianópolis. 2012. Disponível em: http://www.mom.arg.ufmg.br/mom/01_biblioteca/arquivos/kapp_12_arquitetos_nas_favelas.pdf. Acesso em: 06 fev. 202

MARANHÃO. Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano (SECID). **Plano Estadual de Habitação de Interesse Social - PEHIS**, 2012. Disponível em: <http://www.secid.ma.gov.br/files/2014/09/Sum%C3%A1rio-Executivo-Plano-Estadual-de-Habita%C3%A7%C3%A3o-de-Interesse-Social-do-Maranh%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2021.

MARANHÃO. Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano (SECID). **Projeto Minha Casa, Meu Maranhão**. São Luís: Mimeo, 2015.

MESQUITA, B. A. Notas sobre dinâmica econômica recente em Área Periférica: mudanças na estrutura produtiva do Maranhão. In: CONFERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO, 2., 2011, Brasília. **Anais** [...]. Brasília: Ipea, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area4/area4-artigo33.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2020.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

PNUD; IPEA; FJP. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. 2013. Brasília: PNUD Brasil. Disponível em: <https://www.atlasbrasil.org.br>. Acesso em: 15 ago. 2022.

SANTOS, A. Somos da terra. **Piseagrama**, Belo Horizonte, número 12, página 44 - 51, 2018

SILVA, O. F.; WANDER, A. E.; STÉFANO, J. G. DIDONET, A. D. Produção de arroz e feijão em municípios com menores Índices de Desenvolvimento Humano na região do MATOPIBA, Brasil. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, v. 4, n 1, p.181-205, 2016. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1053613/producao-de-arroz-e-feijao-em-municipios-com-menores-indices-de-desenvolvimento-humano-na-regiao-do-matopiba-brasil>. Acesso em: 05 ago. 2021

SOUZA, C. R. **Política de habitação rural no Maranhão**: da moradia camponesa à “casa do governo”. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional) - Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, São Luís, 2017.